

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES¹

Geovana Mendonça Lunardi Mendes²

Adriene Bolzan Duarte Antunes³

Alessandra Luíse Nienkotter⁴

Priscila Aguiar Souza Preuss⁵

RESUMO

As estratégias de avaliação em larga escala no Brasil e no mundo tornaram-se uma constante nas proposições de políticas educacionais. Na maioria das vezes, atreladas a um discurso vinculado a melhoria da qualidade da educação básica, Estados e Municípios têm assumido o desafio de operacionalizar propostas avaliativas, centradas muitas vezes em projetos próprios, ou importando/comprando modelos. Paralelo a isso, nos últimos dez anos no Brasil, tivemos a disseminação para Estados e Municípios da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Articulada a ela, um conjunto de artefatos legais, foram sendo recontextualizados nos contextos locais visando a constituição de uma Educação Básica mais democrática. Ao analisar a relação destas políticas e seus impactos, apresentamos neste texto, o resultado parcial de uma investigação. Exploramos dados sobre a aquisição de pacotes de serviços privados para os sistemas de educação municipal no estado de Santa Catarina e sua relação com proposições de educação inclusiva. O paradoxo criado entre propostas que elegem o concorrencialismo, a performatividade e a avaliação homogênea de escolares como elementos-chave e o necessário reconhecimento das diferenças entre sujeitos, são postas em cena para discutir as implicações desses serviços na educação pública municipal.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala; políticas educacionais; inclusão.

Nos últimos dez anos no Brasil, tivemos a disseminação para Estados e Municípios da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Articulada a ela, um conjunto de artefatos legais, foram sendo recontextualizados nos contextos locais visando a constituição de uma Educação Básica mais democrática. Paralelo a isso, durante esse mesmo período, popularizou-se as políticas de avaliação externa em larga escala. Ao analisar a relação destas políticas e seus impactos, apresentamos neste texto, o resultado de uma investigação em desenvolvimento. Exploramos dados sobre a aquisição de pacotes de serviços privados para os sistemas de educação municipal no estado de Santa Catarina e sua relação com proposições de educação inclusiva. Podemos dizer que a avaliação em larga escala emergiu, firmou-se e opera-se como uma ação educativa estatal na regulação

¹ Projeto de Pesquisa financiado com recursos PAP/UDESC e PIBIC/CNPq

² Pós-doutora. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

³ Doutoranda. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

⁴ Graduanda em Pedagogia. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

⁵ Graduanda em Pedagogia. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763

www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

da educação básica brasileira desde 1988. Isso se deu, por meio da instalação da nova ordem institucional por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi neste período que as iniciativas da avaliação educacional proliferaram e ganharam larga visibilidade social no país. No que se refere à educação básica, pudemos presenciar, no decorrer dos anos de 1990 e ingresso de 2000, a criação, implementação, institucionalização e consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Nos debates teóricos houve um crescente interesse pelo significado da prática da avaliação em larga escala, pelo seu papel no âmbito das políticas e administração educacional, pelos seus usos e reflexos. Muitas questões têm sido levantadas e tratadas na literatura educacional nacional, orientando-se para abordagens centradas no aperfeiçoamento dos meios de realização da avaliação educacional, em análises críticas de seus pressupostos, orientações, aplicações e efeitos, ou, ainda, na análise de seus resultados. Neste sentido, encontramos na literatura da área diversas pesquisas que tratam da necessidade, pertinência, validade, legitimidade, natureza e origem dessas práticas de avaliação em larga escala, de seus fundamentos e usos, de suas referências, finalidades, funções, modalidades, métodos e instrumentos, bem como de suas possibilidades e limitações como indicadores da qualidade da educação escolar (FREITAS, 2007).

Apesar do crescente interesse sobre a temática da avaliação em larga escala nas últimas duas décadas, não é possível afirmar que o interesse por esse tipo de avaliação da educação nacional tenha sido inaugurado apenas nos anos de 1990. Assim, diferentes pesquisas brasileiras mostram que o interesse pela avaliação cresceu no país e se tornou objeto de ações estatais nos últimos 50 anos. Sousa (2003) encontra, em estudo sobre a trajetória da pesquisa educacional no Brasil, algumas evidências de um crescente interesse pelo tema da avaliação educacional desde 1930. Vianna (1995) aponta os projetos de avaliação realizados de 1960 a 1995, ressaltando que a prática da avaliação no Brasil tem sido promovida, quase que exclusivamente por órgãos estatais. Bonamino (1999), por sua vez, apresenta antecedentes ao SAEB, desde 1950.

O SAEB, na sua configuração atual, está composto de dois processos: 1) A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que se caracteriza por ser amostral e, portanto,



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação. Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio, da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural; 2) A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil, é aplicada somente aos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental da rede pública de ensino em escolas localizadas em área urbana. Essa avaliação é quase universal, expandindo o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB, fornecendo as médias de desempenho também para cada um dos municípios e escolas participantes.

As informações produzidas no âmbito desses dois processos visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, procurando contribuir para uma melhoria da “qualidade, equidade e eficiência” do ensino.

Guiadas ou justificadas por esse ideário as redes municipais têm buscado alternativas próprias e atreladas ao contexto legais para instituir uma cultura de avaliação dentro dos sistemas municipais de ensino. Os resultados parciais da pesquisa apresentam um levantamento realizado nos municípios catarinenses identificando que tipo de avaliação em larga escala são adotados pelos municípios.

Trabalhando numa perspectiva teórico metodológica pautada na política de atuação, desenvolvida por Ball e seus colaboradores, os dados apontam para diferentes estratégias adotadas pelos contextos locais e que precisam ser cuidadosamente analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Adriene Bolzan Duarte. **A Participação de escolas da Rede Escolar Pública Municipal de Santa Maria (RS) no Sistema de Avaliação da Educação Básica**. 2014. 249p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SILVA, Antonia Almeida; SCAFF, Elisângela Alves da Silva; JACOMINI, Márcia Aparecida. **Políticas públicas e políticas educacionais: percursos históricos, interfaces e contradições das produções na década de 2000**. Revista HISTEDBR On-line, v. 16, p. 254-273, 2016.

BALL, S. J. **Educação global S. A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.



Secretaria Executiva do FNPE

BAUMAN, ZYGUM E BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Lisboa: Relógio d'água, 2014.

Steiner-Khamsi, G. (2012). Understanding policy borrowing and lending: building Comparative Policy Studies. In: Steiner-Khamsi, G.; Waldow, F. (eds). **World Yearbook of Education 2012: Policy Borrowing and Lending in Education**, 3-17. London; New York: Routledge & Taylor & Francis Group.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BONAMINO, Alícia C. de; CRESO, Franco. *Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, 1999.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **A avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas/BR: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea), 2007.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela. *Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil*. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 24. n. 84. p. 873-895, 2003.

VIANNA, Heraldo Marelím. *Avaliação educacional: uma perspectiva histórica*. **Estudos em avaliação educacional**. São Paulo/BRA: FCC, n. 12. p. 7-24., 1995.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>